

A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE CONTEXTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Andréia do Carmo

Universidade do Estado de Santa Catarina

andréia.c.fln@gmail.com

Joice Jacques da Costa Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina

Joice.jpc@gmail.com

Juliana Da Matta Ribeiro Leal

Universidade do Estado de Santa Catarina

damattajuliana.78@gmail.com

Introdução do Problema

Apresentamos um recorte de uma pesquisa de doutorado concluída em 2024/2, intitulada: A constituição da política de avaliação de contexto na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. O estudo problematiza por que e como um percurso compartilhado de pesquisa-formação, vivenciado com um Grupo de Trabalho (GT) da RMEF entre os anos de 2018 e 2023, promove a construção de uma política de Avaliação de Contexto para a Educação Infantil pública de Florianópolis.

Defendemos que um instrumento de avaliação pode ser considerado um dos interlocutores de negociação da qualidade das condições da oferta educativa para fomentar uma política educacional, desde que seja assumida sistematicamente não para, mas com a coletividade.

Assim, seguindo metodologicamente a abordagem da pesquisa qualitativa, o estudo de caso como método de procedimento para aprofundar a compreensão do contexto pesquisado e a observação/direta participante (Bogdan; Biklen, 1994) para geração de dados, descrevemos como o percurso de pesquisa-formação configurou a formulação da política de Avaliação de Contexto na RMEF.

Desenvolvimento

O estudo ancora-se em Ball (2008) para constituir as categorias de análise, quais sejam: as vivências sobre avaliação da Educação Infantil; a elaboração do Instrumento de Avaliação de Contexto da Educação Infantil e a implantação estudo piloto da Avaliação de Contexto, ambas caracterizaram os percursos que configuraram o *Desenvolvimento da política de Avaliação de Contexto na Educação Infantil*. Embora, o caráter *continuum* que o compõe possa ser estabelecido por novos percursos, por outras pesquisas, políticas ou relações coletivas e individuais, pois seu caráter aberto e expandido, não linear, demonstra que seu fluxo está sempre em construção.

Partimos dos estudos de Bondioli (2004), Savio (2003) e Gariboldi (2003), os quais consideram os contributos humanos, políticos, sociais, culturais e contextuais para legitimar teórica e metodologicamente a abordagem participativa e formativa que envolve a negociação da qualidade da oferta educativa promovida às crianças como foco principal para legitimar as especificidades da Educação Infantil.

Haja vista que tanto a avaliação educacional como a avaliação da Educação Infantil devem estabelecer interlocuções considerando as singularidades de cada campo. Pois, ambos os campos podem permanecer na esfera da geração de dados, desconsiderando que seus usos possibilitem o direito das crianças à educação de qualidade, preconizada na Constituição desde 1988 (Brasil, 1988).

Bronfenbrenner (2011) e sua perspectiva analítica relacional dos indivíduos em distintos contextos interdependentes nos levaram à consideração da RMEF como sistema. Os profissionais que pertencem às instituições educativas não promovem a educação às crianças isoladamente, mas em inter-relação com outros agentes sociais, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal.

Ball (2008) define as políticas como processos que se movimentam por meio de interações em contextos instáveis. Diante disso, destacamos que quando desenvolvemos a política de avaliação isoladamente, mesmo implantando-a num conjunto interdependente de contextos institucionais, estamos obscurecendo sua potencialidade sistêmica e transformativa como interlocutora do trabalho coletivo e de uma política robusta.

A pesquisa-formação caracteriza-se pelo significado atribuído à participação no complexo de decisões que envolveram a produção do enredo político na elaboração do

IACEI. A participação situa-se como conceito ambíguo na interlocução com as teias sociais tecidas na pesquisa-formação. Porque ao mesmo tempo em que pode equilibrar as diferenças de poder entre o órgão gestor, GT e especialistas de universidades, pode ser mais ou menos instável a depender do modo como é assumida pelos agentes enquanto condição para o *Desenvolvimento da Política de Avaliação de Contexto*.

Sobretudo, porque a rede de relações formada por essas instâncias se constituiu por distintas forças sociais, políticas, pedagógicas e acadêmicas que afetaram a elaboração do IACEI e o *continuum* das demais etapas subsequentes. A participação ora pode movimentar-se equilibrada ou desequilibrada, pois mesmo que sua regra seja constituí-la de modo compartilhado e paritário nas tomadas de decisões, sempre haverá diferenças sociais entre os indivíduos na busca da democratização das relações.

Configuraram-se, distintas tipologias de *continuum* que sustentaram a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento da política avaliativa. Eles se apresentaram na trama do enredo do *continuum* político, participativo, formativo, avaliativo, do jogo social, do tempo social, da identidade avaliativa e das manifestações culturais avaliativas, entre outros. O *continuum* situa-se como percurso duradouro inter-relacionado com tudo aquilo que segue e entrelaça os significados e sentidos de uma trajetória avaliativa coletiva para sua continuidade histórica, cultural, social, pedagógica e política.

Assim, foi necessário acessar os registros dos encontros do GT, desde 2018, para analisar o campo no percurso de pesquisa-formação que envolveu a elaboração do IACEI. A pesquisa em campo ocorreu durante um ano com o GT e teve a gravação em áudio como principal ferramenta metodológica para a geração de dados. A observação participante que envolveu a elaboração do IACEI e a implantação do estudo piloto do instrumento de Avaliação de Contexto foi estabelecida pela sutileza de olhares caleidoscópicos e pela escuta das relações coletivas e individuais que constituíram essa política.

Tomamos a participação como categoria central que estruturou todo o processo de pesquisa-formação vivenciado de modo autoral pelo GT e especialistas de universidades. Desta forma, ativou-se um modo de participar compreendido como ato social-político que age em nível micro para afetar o macro sistema e vice-versa. Sobretudo, porque a participação concede e instaura uma estratégia (re)interpretativa para significar as perspectivas de qualidade que compõem os documentos curriculares da Educação Infantil da RMEF para construir um instrumento de Avaliação de Contexto

com características próprias. A participação não está dada, ela é construída e sustentada nas relações de interdependências estabelecidas para e com a coletividade.

Conclusões

Concluímos que elaborar o IACEI foi um desafio que provocou o interesse dos pedagogos e especialistas da área. Mas esse percurso mostrou que a política de avaliação é vista semelhante ao mito de Sísifo, onde a busca por uma política de avaliação democrática, participativa e dialógica é perseguida pelos pedagogos e especialistas da área da Educação Infantil, porém, parece inatingível em sua totalidade para avançar e ir além da crítica da avaliação que continua a serviço do ranqueamento.

Esse conflito recorrente teme que as técnicas de avaliação restritas à frágil visão unilateral do ranqueamento integrem a avaliação dessa etapa educativa, o que é um risco. O ranqueamento escancara a perspectiva classificatória e excludente de qualidade do olhar técnico de quem o determina, mas nunca a partir do desenvolvimento da política de avaliação estabelecida pela natureza da abordagem Avaliação de Contexto. A técnica avaliativa do ranqueamento e a Avaliação de Contexto não são faces da mesma moeda.

Destacamos que, mesmo depois de quinze anos de envolvimento da RMEF com proposições da avaliação da Educação Infantil, o estudo piloto mostrou que temos um campo ainda em constituição, pois a compreensão acerca do campo da avaliação permanece desconhecida para a maioria dos agentes sociais envolvidos. Dado que exige que especialistas em avaliação fomentem esta política junto ao órgão gestor como política não sazonal, o que torna imperativo que a temática da Avaliação de Contexto seja priorizada sistematicamente nas formações promovidas pelas instituições educativas.

Para finalizar, não poderíamos deixar de confirmar que a política de Avaliação de Contexto se configurou na atualidade porque constituiu-se pela pesquisa-formação, assumida sistematicamente não para, mas com a coletividade da Rede. Embora a manutenção do seu *continuum* possa envolver a concretização das políticas de financiamento, formação continuada, monitoramento, entre outras, determina que cabe ao órgão gestor alimentar e retroalimentar essa política como sistema e trabalho coletivo, a fim de fomentar e sustentar que as instituições educativas produzam as manifestações das culturas de Avaliação de Contexto.

Referências:

BALL, Stephen John. **The education debate**. Policy Press, Bristol, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigaçāo Qualitativa em Educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BONDIOLI, Anna. **O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRONFENBRENNER, Uri. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humano**. Trad. André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed. 2011.

GARIBOLDI, Antonio. As modalidades do fazer educativo. In: BECCHI, Egle; BONDIOLI, Anna. (Org.). **Avaliando a pré-escola**: uma trajetória de formação de professoras. Campinas/SP: Autores associados, 2003.

SAVIO, Donatella. Promover a partir de dentro: uma abordagem reflexiva e participativa da avaliação de contextos educativos. **Revista Pro-posições**.